

Opinião

Ideias



JOSÉ MANUEL FERNANDES Deputado ao Parlamento Europeu

Não é uma boa medida!

Todos sabemos, mas convém lembrar, que António Costa perdeu as últimas eleições legislativas. Para sobreviver politicamente assinou um acordo com a esquerda populista e radical, onde se comprometia a não baixar a Taxa Social Única (TSU). Na concertação social, o governo comprometeu-se a baixar a TSU como compensação para o aumento do salário mínimo. Os partidos que apoiam o governo já fizeram saber que estão contra!

António Costa foi irresponsável. Ninguém faz um acordo em sede de concertação social que não sabe se pode cumprir!

O governo, antes de fechar o acordo e ao saber que a maioria que o apoia não concordava, deveria, como é evidente, ter consultado as outras forças políticas e, desde logo, o PSD. Por que razão não o fez? Que lógica tem a postura autoritária do quero, posso e mando?

O incrível é que agora se pretende imputar as responsabilidades ao PSD e ao seu líder Pedro Passos Coelho! O principal argumento é que, no passado, já concordou e votou a favor da descida da TSU. Ninguém quer saber se as circunstâncias são as mesmas e ninguém discute se a medida de descida da TSU para compensar o aumento do salário mínimo é, neste momento, boa ou má!

Os salários em Portugal são muito baixos. Devemos todos estar empenhados no

seu aumento. Tal implica reformas, aumento da produtividade e crescimento. Tapar um buraco para abrir outro não é uma boa solução. Há que preservar a estabilidade da segurança social. Acresce que devemos ter como objectivo o aumento da competitividade e o crescimento económico, e nunca a promoção de uma política de baixos salários que pode ser induzida pela redução da TSU, sobretudo quando esta medida deixar de ter carácter extraordinário e passar a ser vista como “permanente”.

É verdade que, em 2014, o governo liderado pelo PSD acordou em concertação social o aumento do salário mínimo nacional para os 505 euros e a redução da TSU paga pelos empregadores, em 0,75 pontos. Recorde-se que se tratava do primeiro aumento do salário mínimo, desde que o governo socialista o congelou, em 2010. Mas estávamos perante uma redução temporária e que estaria em vigor durante 15 meses. Ficou bem claro que as futuras actualizações não deveriam penalizar os contribuintes e, por isso, deveriam ser feitas em função do crescimento da economia, de forma a que pudessem ser suportadas pelas empresas.

O governo de Costa propôs em 2016 a redução da TSU, mas como medida temporária. Fez o que lhe competia e seguiu as “boas maneiras”: primeiro negociou com os partidos que o apoiam e depois le-

vou o acordo à concertação social. O PSD confiou que a medida era extraordinária e absteve-se.

Em 2017, o governo Costa insiste na mesma receita, mas não assegura que a medida tenha apoio nos partidos que o apoiam e, depois, culpa o PSD? Isto é hipocrisia total. Note-se que o que António Costa acordou na concertação social foi o aumento do salário mínimo compensado por uma redução de 1,25 pontos da TSU para empregadores, indo buscar 50% das verbas ao orçamento da Segurança Social.

Basta! Não podemos transformar o temporário em definitivo, a excepção em regra! Tal seria até contraproducente, ao incentivar os empregadores a contratarem com o salário mínimo, para além de afectar a sustentabilidade da segurança social.

Convém recordar que o carácter temporário está implícito nos acordos assinados pelo Partido Socialista com os partidos que o apoiam! Tal significa que o Governo desrespeitou e violou esses acordos, o que confirma que António Costa não é fiável. Pode confiar-se num Primeiro-Ministro que “rasga” os acordos que assina?

O PSD não pode votar a favor de medidas que prejudiquem o interesse nacional! A baixa da TSU, nestas circunstâncias, não é uma boa medida!

+ gosto

+ **Solidariedade na Universidade:** A Universidade do Minho, através dos Serviços de Acção Social e da Associação Académica, estão a promover uma campanha de recolha e entrega de roupa, procurando ajudar estudantes mais carenciados e instituições de solidariedade social.

+ **Teatro:** O concelho da Póvoa de Lanhoso vai acolher o XIII Concurso Nacional de Teatro. Companhias de vários pontos do país vão interpretar nove espectáculos, de 28 de Janeiro a 25 de Fevereiro. Uma demonstração da dinâmica e da valorização cultural do concelho minhoto.

- não gosto

- **Juros da dívida:** Na semana passada, Portugal procurou financiamento nos mercados com uma emissão de dívida a 10 anos no valor de 3 mil milhões de euros, pagando taxas de juro a 4,2%. A mais alta desde a saída da Troika. Portugal foi o único país da zona euro onde as taxas de juros subiram em 2016.

- **Agravamento do défice comercial:** Segundo o Eurostat, Portugal tem o quarto maior défice comercial da Zona Euro. No acumulado dos primeiros 11 meses de 2016, o défice da balança comercial agravou-se em 100 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior. Atingiu o total de 9,4 mil milhões de euros.

i
inquérito

Qual o impacto da Universidade do Minho na região?



FERNANDO ALEXANDRE
Professor universitário

“Sem a universidade não era possível existir a estrutura produtiva com a dimensão e a tecnologia que temos. É fundamental também na formação.”



RUI REIS
Investigador

“Não havia região nos actuais moldes se não existisse a Universidade do Minho”.



BRUNO ALCAIDE
Estudante

“O impacto é enorme em termos populacionais e na transferência do conhecimento que permite o desenvolvimento do tecido económico.”



ANTÓNIO PAISANA
Professor universitário

“A UMinho é responsável pelo desenvolvimento sustentável da região e importante para o desenvolvimento económico através do conhecimento”.